

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.548 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2002



Célio Azevedo

Osmar defende medida para isentar exportação de PIS/Pasep e Cofins

Exportação já perdeu US\$ 1 bi, adverte Osmar

Osmar Dias calcula que o Brasil já tenha perdido neste ano US\$ 1 bilhão em exportações. Motivo: dificuldades de financiamento, subsídios dos EUA e Europa a alguns produtos e tarifas alfandegárias.

PÁGINA 4



Célio Azevedo

Lúcio Alcântara defende margem para vigorar no Orçamento de 2003

Alcântara quer limite para a dívida da União

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Lúcio Alcântara quer aprovar ainda neste semestre resolução que limite a possibilidade de endividamento da União.

PÁGINA 4

Proposta de transpor o Rio São Francisco divide senadores

Unidos na defesa de medidas que preservem e revitalizem o São Francisco, 12 senadores ouvidos pela Rádio Senado manifestam, contudo, opiniões divergentes sobre a proposta de transposição de águas do rio.

PÁGINA 3

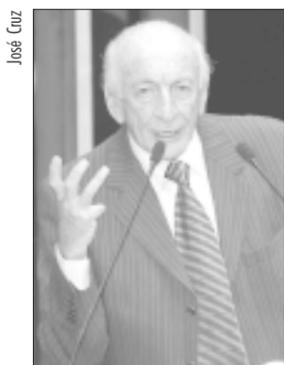


Marcello Larcher

A necessidade imediata de despoluir o Rio São Francisco e de recuperar suas margens é reconhecida pelos senadores

Aberta exposição sobre as Constituições

PÁGINA 2



José Cruz

Lauro propõe lei para escolha de dirigentes de bancos oficiais

PÁGINA 4

Lauro Campos considera "intolerável" situação atual



Rosevelt Pinheiro

Projeto de Lindberg protege rentabilidade de revendedores

PÁGINA 4

Lindberg: contratado deve ter garantia de ganho

Atuação do Parlamento na área tributária é elogiada

Consultor Osvaldo Sanches, da Câmara, afirma que desempenho do Congresso nesse campo tornou-se maior e mais importante

O desempenho do Parlamento brasileiro no campo das políticas tributárias e redistributivas tem sido gradativamente maior e mais importante, afirmou ontem o consultor da Câmara Osvaldo Sanches, ao discorrer sobre o papel do Legislativo na elaboração do Orçamento, durante palestra no IV Curso Regional do Mercosul, promovido pelo Senado e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ele afirmou que, apesar das tensões políticas naturais entre Executivo e Legislativo nos processos de elaboração do Orçamento da União, o Parlamento vem obtendo avanços no atendimento de suas demandas, com a alteração de prioridades e gastos públicos.

Por sua vez, ao abordar questões relacionadas à função de controle político e fiscalizador do Legislativo, tema do quarto módulo do curso, o professor uruguaio



Em sua palestra no curso sobre o Mercosul, Osvaldo Sanches também elogiou o trabalho do Congresso na elaboração do Orçamento da União

Gerardo Caetano, da Universidade da República, afirmou que a eficiência legislativa de qualquer país depende da construção gradual e constante de uma sólida democracia.

Para Caetano, seria artificial desejar-se um Parlamento com elevada eficiência em seu poder de fiscalizar o Executivo sem levar-se em conta o patamar da cul-

tura democrática do país. Ele disse também que o papel do eleitor nesse contexto é fundamental, pois o cidadão deve cobrar de seu representante a atuação correta e atenta no campo da fiscalização.

– Quando um legislador tem que conviver com uma cidadania demandante, ele exerce seu mandato com maior competência – ressaltou.

Senado expõe Constituições republicanas

Foi aberta ontem ao público a exposição denominada *As Constituições na História da República*, que integra a pauta de eventos comemorativos dos 111 anos

do Senado no período republicano. Instalada no espaço conhecido como Senado Galeria, a mostra pode ser visitada até o dia 30 de agosto e destina-se principal-

mente aos estudantes do ensino fundamental e médio.

A exposição conta como foram feitas as diversas Constituições republicanas, com destaque para a participação do Senado nos grandes momentos da história política brasileira. Segundo o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, também presidente da comissão especial que elabora o programa de eventos comemorativos, é importante que a juventude conheça a história de uma instituição tão importante para o país e para a democracia.

Na página do Senado na Internet (www.senado.gov.br), é possível acessar os Anais de todas as Constituintes, do Império à República.



Agaciel Maia (C), diretor-geral do Senado, Antônio José Barbosa (E), professor da UnB, e José Bitencourt, da Embaixada do Peru, na inauguração da mostra

Emilia destaca nova lei sobre desaparecidos na ditadura

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) qualificou como “justa decisão” a recente sanção presidencial da lei alterando o período abrangido por legislação anterior para o reconhecimento, como mortas, de pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas contrárias ao regime militar. O período era o compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Com a nova lei, a data-limite passou a ser 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição.

Emilia observou que a data anterior – 15 de agosto de 1979, quando foi editada a Lei da Anistia – não abrangia, em sua opinião, todo o período de vigência



Para Emilia Fernandes, medida contribui para melhorar imagem do Brasil

dos dispositivos de exceção. Ela também elogiou a reabertura do prazo para que parentes das vítimas requeiram indenização do Estado.

Na avaliação da senadora, a lei, pela qual lutou no Senado, também é importante para melhorar a imagem do Brasil, em âmbito nacional e internacional, no campo das garantias dos direitos humanos.

– A medida é contribuição relevante para a reparação de situações ocorridas num período extremamente difícil da história brasileira; para resgatar a dignidade das famílias dos desaparecidos políticos, indenizando-as, mesmo de forma parcial. Também será fundamental para elevar a credibilidade das instituições democráticas do país – afirmou.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta ou sugestão respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão – 0800 661 2211 – e autorizando a publicação.

Luiz Cláudio, Três Corações (MG): As Forças Armadas devem atuar no combate ao tráfico de drogas. Esse problema tomou proporções tão grandes que está ameaçando a soberania nacional.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) responde: Uma das atribuições do Exército é garantir a soberania do país, em relação a ameaças externas. Esse é um dever constitucional. Vivemos em um momento de instabilidade e de insegurança, mas que não envolve a perda da soberania nacional. Recentemente, o Senado aprovou o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), dando melhores condições às Forças Armadas para proteger aquela região. Isso, naturalmente, dificultará o contrabando nessa área. Constitucionalmente, o combate ao tráfico de drogas não é responsabilidade das Forças Armadas, mas sim da Polícia Federal. E cabe a ela montar um sistema de vigilância e patrulhamento para inibir o tráfico.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Transposição do São Francisco ainda é polêmica

Doze senadores ouvidos sobre a situação do rio concordam que é urgente revitalizá-lo, mas têm opiniões divergentes a respeito do projeto de levar as águas a estados que enfrentam problemas graves com a seca



Renan Calheiros preside a Comissão Especial de Revitalização do São Francisco



Waldeck Ornélas cobra recursos orçamentários para a recuperação do rio



Segundo José Jorge, a transposição vai interferir em um ecossistema já debilitado



Para Heloísa Helena, debate sobre mudança no curso do rio é inviável sem sua revitalização



Valadares quer incluir na Constituição garantia de recursos para revitalizar o São Francisco



Ney Suassuna considera viável interligar o São Francisco ao Rio Tocantins

Embora os senadores estejam unidos na defesa da preservação e da revitalização do Rio São Francisco, continuam a divergir sobre a viabilidade das obras de transposição das águas do rio. Os 12 senadores ouvidos pela Rádio Senado sobre o assunto foram unânimes em reconhecer a necessidade de imediata despoluição do rio, de desassoreamento do São Francisco e de recuperação da cobertura vegetal das margens. Alguns advertem, no entanto, para os custos financeiros e ambientais que estariam embutidos na transposição.

Expressam cautela quanto a mudanças no curso do rio, por exemplo, os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Waldeck Ornélas (PFL-BA), presidente e relator da Comissão Especial de Revitalização do São Francisco, respectivamente. Ambos reclamam da "falta de empenho" da União em alocar recursos orçamentários para os trabalhos de recuperação, considerados indispensáveis à sobrevivência do "Velho Chico".

"Sem revitalização, com certeza não haverá a transposição nem a interligação de bacias, porque o rio estará morto", vaticina Ornélas. Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Heloísa Helena (PT-AL) também apresentam reservas à transposição. Enquanto José Jorge observa que essa intervenção, além de custar caro, vai demandar um gasto elevado de eletricidade e interferir em um ecossistema já debilitado, a parlamentar alagoana sustenta que o debate sobre a transposição do rio fica inviabilizado sem o aumento de sua vazão e sua revitalização.

INTERLIGAÇÃO

Já os senadores Ney Suassuna

(PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Sérgio Machado (PMDB-CE), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) mostram-se abertos à hipótese da transposição. Um dos pilares da iniciativa seria a interligação do São Francisco com o Rio Tocantins, capaz de recompor, por exemplo, as condições de navegabilidade e a reprodução de peixes, segundo Suassuna. Na opinião de Eduardo, essa interligação não traria qualquer prejuízo para o Tocantins.

Alertando que só é possível pensar em transposição após a revitalização do rio, Valadares acredita que esse processo será impulsionado pela aprovação de uma emenda à Constituição, de sua autoria, que reserva 0,5% das receitas líquidas da União para o rio. Já Sérgio Machado e Geraldo Melo assumem a defesa incondicional da transposição, alimentada pelas águas do Tocantins, por considerá-la um direito e uma forma de dar dignidade ao povo nordestino na convivência com a seca.

Uma postura mais cuidadosa em relação ao tema é adotada pelos senadores Marina Silva (PT-AC), Benício Sampaio (PPB-PI) e Arlindo Porto (PTB-MG). Tanto Marina quanto Benício chamam a atenção para os limites da lei ambiental e para possíveis impactos sobre o ecossistema decorrentes da interligação de bacias e da transposição do rio. Quanto a Porto, afirma que, além de garantir o abastecimento de água, é fundamental implantar um projeto de desenvolvimento econômico e social das populações ribeirinhas.

Represas terão que preservar pesca e agricultura

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) apresentou projeto de lei que obriga proprietários ou concessionários de represas situadas em cursos d'água a tomarem medidas de proteção à fauna e à flora, garantindo condições para o exercício das atividades agrícolas e pesqueiras de forma sustentável.

O projeto, encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prevê também a garantia, aos produtores rurais situados a jusante do curso d'água, de condições de exercer a agricultura, a pesca e a aqüicultura. Caso contrário, o proprietário ou concessionário de represas deverá proporcionar compensação financeira por perdas, comprovadas por laudo técnico oficial, decorrentes da alteração do



Teotonio propõe garantias para comunidades localizadas a jusante de represas

curso d'água.

Em sua justificativa, Teotonio afirmou que a intenção é corrigir antiga injustiça cometida com as comunidades localizadas a jusante de represas construídas nos rios brasileiros. "A legislação atual assegura tão-

somente aos que têm suas terras atingidas pelos reservatórios de água compensações financeiras pelas perdas ocorridas", explica.

Segundo o senador, em regiões afetadas pela construção dessas represas, destinadas à produção de energia elétrica ou mesmo para formação de reservatório d'água para abastecimento de aglomerados urbanos, a experiência indica que os produtores rurais são afetados em suas atividades pela alteração do volume dos cursos d'água existentes, provocando o desaparecimento das lagoas marginais e a degradação das águas com o comprometimento dos manguezais e plânctons, fundamentais para a sobrevivência da fauna fluvial e marinha.

O que é o projeto

A transposição do Rio São Francisco objetiva levar água do Velho Chico para quatro estados nordestinos que sofrem com a seca. O projeto envolve um conjunto de canais, túneis e barragens para transportar 2% da água do rio para a Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, numa vazão máxima de 127 metros cúbicos de água por segundo. A obra engloba oito bacias hidrográficas, exercendo influência numa área de 110 mil quilômetros quadrados, onde vivem cerca de seis milhões de brasileiros, conforme o Ministério da Integração Nacional.

A transposição está orçada em US\$ 1,7 bilhão, segundo o governo federal, que incluiu o projeto entre os programas estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Apesar disso, ainda não há consenso técnico e político sobre a sua viabilidade. Uma das maiores preocupações é o impacto que a transposição terá sobre a produção de eletricidade, já que o São Francisco abriga 14 usinas hidrelétricas administradas pela Chesf.

Osmar: país já perdeu US\$ 1 bi em exportações

Os principais motivos, segundo o senador, são as dificuldades em financiamento externo para o setor e os subsídios dos EUA e Europa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) calcula que o Brasil já tenha perdido, neste ano, US\$ 1 bilhão em exportações por conta das dificuldades de financiamento externo aos exportadores e pelo aumento dos subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos e por alguns países da Europa a determinados produtos, além de tarifas alfandegárias, como por exemplo os 70% impostos na Europa ao frango brasileiro.

O senador disse que o governo precisa liberar urgentemente os prometidos R\$ 4 bilhões de crédito, via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar exportações, além de editar o mais rápido possível a medida provisória que vai isentar do PIS/Pasep e Cofins



Osmar Dias lamentou que, no Brasil, a agricultura não seja tão valorizada como na França

os produtos destinados à exportação. Osmar Dias tem acompanhado as dificuldades por que passam, principalmente, os agricultores, com a falta de crédito externo.

— Há uma falta de confiança generalizada para concessão de crédito ao Brasil — afirmou Osmar.

Em uma análise mais ampla sobre os subsídios europeus à agricultura, o senador comentou o caso da França, onde a agroindústria é uma tradição cultural.

— Os franceses zelam pelo que chamam de “segurança alimentar”, e vão proteger sempre seus agricultores. Mesmo nas grandes cidades francesas, as pessoas têm parentes na agricultura ou alguma ligação com o campo, sem falar no orgulho nacional pelos seus produtos como a trufa, a uva, os vinhos e os queijos. Jamais vão permitir qualquer risco a esse tipo de atividade — disse.

Osmar Dias lamentou que, no Brasil, não se tenha o mesmo zelo, o mesmo cuidado e o mesmo interesse cultural pelos produtos agrícolas e agroindustriais.

Alcântara quer aprovar limite de dívida da União

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), quer aprovar ainda neste semestre uma resolução que limite a possibilidade de endividamento da União. O senador explicou que a margem de endividamento de estados e municípios já foi aprovada, com base em um percentual da arrecadação e, no caso da União, o patamar da dívida será aprovado para ter efeito já no Orçamento Geral da União de 2003.

O relator do projeto de resolução será o próprio Lúcio Alcântara, que pretende debater o assunto inclusive com o governo, antes de estabelecer um patamar mínimo para a dívida. O senador elogiou a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso em receber os quatro principais presidentes para conversar sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional:

— Acho que foi excelente para o país, irá garantir tranquilidade na transição e permitirá ao próximo presidente da República, seja quem for, iniciar o governo dentro da normalidade possível neste período tão conturbado da economia mundial.

O presidente da CAE acredita

que possa estar havendo uma mudança de posição do governo George W. Bush em relação à América Latina, com a visita ao Brasil e à Argentina do secretário do Tesouro Paul O'Neill e ao Brasil da vice-diretora do Fundo Monetário Internacional, Anne Krueger:

— Minha esperança é que se esteja dando conta de que o aprofundamento da crise da Argentina, somado a uma eventual crise brasileira e no Mercosul, será ruim para todos. O problema do Brasil,



Para Lúcio Alcântara, é importante que projeto seja apreciado ainda neste semestre

hoje, além da instabilidade artificial gerada pela eleição, é que o sistema capitalista mundial, principalmente seu baluarte, os Estados Unidos, está numa crise que anuncia até uma recessão mundial.

Senado nas eleições

Começou na última terça-feira e se estende até o dia 3 de outubro a propaganda eleitoral gratuita na TV e no rádio, conforme prevê a Lei nº 9.504/97. Exibidos de segunda-feira a sábado, os programas terão dois períodos diários de 50 minutos de propaganda no rádio, das 7h às 7h50 e das 13h às 13h50, e outros dois períodos de 50 minutos diários na televisão, das 13h às 13h50 e das 20h30 às 21h20. A exibição é dividida em grupos de candidatos aos mesmos cargos, por dia da semana. As segundas, quartas e sextas-feiras são destinadas a candi-

Faltam 44 dias para as eleições

dados a governador, senador e deputado estadual. Às terças, quintas e sábados têm espaço os candidatos à Presidência da República e a deputado federal. Além desses horários, os políticos poderão utilizar seis minutos diários para propagandas, de 30 segundos a um minuto, espalhadas pela programação da emissora. O número de inserções reflete o tamanho da bancada de cada partido. A referida lei estabelece também algumas proibições, como o uso de montagem ou trucagem para ofender ou prejudicar outro candidato ou coligação.

Lauro propõe regras para escolha de dirigentes do BC

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá apreciar projeto de lei, de autoria do senador Lauro Campos (PDT-DF), que estabelece requisitos básicos para a escolha de dirigentes do Banco Central do Brasil (BC) e de instituições financeiras oficiais,

tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Lauro considera “intolerável” a escolha de profissionais da área privada para desempenhar altos cargos de direção no setor público financeiro. O convívio de pessoas estranhas aos quadros públicos no alto comando político-administrativo requer medidas corretivas urgentes, observou.

Para o senador, é preciso garantir que a atuação dos presidentes e diretores das instituições oficiais não seja uma projeção de interesses partidários, governamen-



Quadros da instituição devem assumir postos de direção, diz Lauro

tais ou até pessoais.

A única forma de se obter isso — destaca Lauro Campos — é conduzindo às posições de direção e à presidência de cada instituição oficial integrantes dos seus próprios quadros técnicos.

Lauro defende, ainda, a garantia de

mandato a esses dirigentes, com proteção contra a exoneração de ofício pelo chefe do Poder Executivo, para que possam, eventualmente, opor-se às posições que violem a diretriz técnica que hajam traçado para sua gestão no órgão que conduzem.

O projeto de Lauro determina como requisitos básicos para escolha dos dirigentes: ter mais de dez anos de carreira na instituição; possuir perfil técnico-profissional adequado; não ter relações profissionais com dirigentes de instituições financeiras ou bancárias privadas e não ter sido condenado por crime contra a ordem financeira ou contra a Administração Pública.

Projeto de Lindberg defende revendedoras contra riscos

Como forma de proteger pessoas e firmas nacionais contratadas por empresas para representação de seus produtos ou marcas, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) apresentou projeto de lei obrigando as fornecedoras a oferecer aos contrata-

dos ganhos brutos de, no mínimo, dois terços da rentabilidade prevista. A proposta aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, segue para votação, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto, caso o retorno seja inferior a dois terços a cada trimestre, o fornecedor deverá complementar o restante até chegar à rentabilidade estimada no contrato. A proposta também determina que, nas situações em que o contratante se



Lindberg: revendedoras não podem assumir todo o risco da representação

recuse a arcar com essa diferença, o contratado poderá considerar o contrato rescindido e estabelecer a representação de outras empresas, inclusive com a utilização do mesmo espaço físico.

— As empresas de maior porte, na busca sem riscos de am-

pliação de seus mercados, incumbem empresas menores ou pessoas de representá-las com exclusividade sem que assumam qualquer risco pelas tarefas que delegam — afirma o senador.

INDENIZAÇÃO

Diferentemente do que acontece hoje em dia, a proposta também determina que, em caso de rescisão do contrato, o fornecedor terá que indenizar o contratado dos investimentos realizados para instalação da representação, incluindo o capital de giro requerido em contrato, perdas, danos e lucros cessantes.